



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1862762 - PR (2020/0040194-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : M & Q L
ADVOGADOS : LINEU EDUARDO SPAGOLLA - PR053295
RAFAEL GUSTAVO TEJADA GARCIA MASSEI E OUTRO(S) -
PR065746
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : O I G E E L
INTERES. : A S
ADVOGADO : AMANDA CARDOSO DE FARIA BALIEIRO - SP376940

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **M. E Q. L.**, com fundamento nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 719)

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO SINAPSE. ARRESTO/SEQUESTRO. CABIMENTO DAS MEDIDAS. TERCEIRO DE BOA-FÉ.

1. As medidas assecuratórias, no presente caso, têm por objetivo garantir a reparação dos danos causados aos cofres públicos, bem como ao pagamento das custas processuais e penas de multa eventualmente fixadas.

2. Requisitos para o deferimento da medida assecuratória que restaram preenchidos. Comprovação da materialidade e indícios suficientes de autoria. *Periculum in mora*.

3. A constrição da impressora Offset, marca Heidelberg, modelo SM74-8- P5, nº de série 622389, ano 1997 já foi levantada pelo magistrado singular em favor da empresa [M E Q], condicionada, como não poderia deixar de ser, ao depósito do valor anteriormente pago por [A. S.] pelo produto, sob pena de caracterizar enriquecimento ilícito da recorrente.

4. Improvimento do recurso."

Nas razões do especial, aponta violação aos arts. 521, 522 e 524 do CC e art. 130 do CPP, alegando, em suma, a impossibilidade do arresto de bem em relação ao qual o investigado teria apenas a posse, por ter sido a venda realizada pelo recorrente com reserva de domínio.

Alega, ainda, boa-fé no negócio jurídico aludido, salientando que o arresto do bem de sua propriedade violaria o princípio da pessoalidade da pena.

Anota dissídio jurisprudencial em relação ao tema.

Contrarrazões às fls. 764-770 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 793-797).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, no que se refere à violação dos arts. 521, 522 e 524 do CC, verifica-se que a questão não foi examinada pelo Tribunal de origem, não tendo sido sequer opostos embargos de declaração para esse fim.

Tal o quadro atrai a aplicação do óbice da Súmulas 282 e 356 do Supremo

Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto o dispositivo tido por violado não teve o competente juízo de valor aferido, nem foi interpretado ou a sua aplicabilidade reconhecida no caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos por vulnerados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Sobre o tema:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO DA LIDE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGIME MAIS SEVERO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÓBICE DAS SÚMULAS N. 282 E N. 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. Se não há a oportuna provocação do exame da *quaestio* por meio de embargos de declaração, torna-se patente a falta de prequestionamento, atraindo o óbice das Súmulas n. 282 e n. 356/STF.

4. O pedido de substituição da pena constitui inovação recursal, uma vez que não foi apresentado nas razões do recurso especial, ficando impossibilitado o seu exame.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.802.824/AL, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 22/10/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA N. 282 DO STF. SÚMULA N. 356 DO STF. ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA. CASSAÇÃO. FALTA DE PREJUÍZO CONCRETO. *REFORMATIO IN PEJUS* INDIRETA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não há como conhecer do recurso especial interposto sem que a matéria que se pretende analisar haja sido prequestionada perante o Tribunal de origem, por incidência das Súmulas n. 282 e 356, ambas do STF. Para atender esse requisito, é necessário que a questão haja sido objeto de debate pela Corte local, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca do dispositivo legal apontado como violado. Precedentes.

2. No caso, a alegada infringência ao art. 617 do Código de Processo Penal pelo Juízo *a quo*, por ocasião do julgamento da apelação, não foi suscitada em embargos declaratórios a fim de provocar a manifestação do órgão colegiado sobre o ponto.

[...]

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg nos EDcl no AREsp 782.101/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 30/09/2019).

No que se refere à questão de fundo, verifica-se que o Tribunal de origem recepcionou, como fundamento de decidir, as razões do parecer ministerial, que transcrevo, *verbis* (e-STJ, fl. 716):

"Isso porque se revela inequívoco que os valores utilizados para o pagamento de parte da impressora são oriundos dos vultosos recursos públicos desviados do Instituto Paraná por [A S] em decorrência das práticas delitivas apuradas na ação penal nº 5037410-53.2013.4.04.7000. Oportuno salientar, no ponto, que a constrição do multicitado maquinário já foi levantada pelo magistrado singular em favor da empresa [M E Q], condicionada, como não poderia deixar de ser, ao depósito do valor anteriormente pago por [A S] pelo produto, sob pena de

caracterizar enriquecimento ilícito da recorrente. Assim, uma vez que o pagamento efetuado se deu com os recursos ilícitos desviados do Instituto Paraná, tal montante deve retornar aos cofres públicos da União, não merecendo reparos a decisão recorrida."

Como se vê, a questão relativa à boa-fé do recorrente também não foi apreciada especificamente pelo Tribunal de origem, o qual se limitou a referendar a medida assecuratória, decretada na origem, conforme se denota à fl. 615 (e-STJ), a partir da constatação da origem ilícita dos recursos para aquisição do bem apreendido.

De notar que a constatação de indícios da prática delitiva diz respeito ao mérito da ação cautelar, e não à exceção de boa-fé, cujo exame dependeria de prévia provocação do terceiro na via dos embargos (art. 130 do CPP).

Assim, a ausência de manifestação do acórdão recorrido sobre o tema impede o exame da matéria de forma originária por esta Corte, atraindo também no ponto o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Por fim, em relação ao dissídio jurisprudencial suscitado, verifica-se que as razões recursais limitam-se a transcrever o acórdão paradigma, sem realizar o necessário cotejo analítico entre o aresto recorrido e o divergente; obstando o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

No ponto:

"[...]

1. Não foi demonstrado o dissídio jurisprudencial nos termos em que exigido pela legislação processual de regência. Para a comprovação da divergência, não basta a simples transcrição do acórdão paradigma; faz-se necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o divergente, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, o que não ocorreu na espécie.

[...]

12. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1.530.264/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 16/03/2020)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL HABEAS CORPUS UTILIZADO COMO PARADIGMA. IMPRESTABILIDADE. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ACÓRDÃO PARADIGMA. NÃO COMPROVAÇÃO. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO INSERTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/06. PLEITO DE APLICAÇÃO NA FRAÇÃO MÁXIMA. IMPOSSIBILIDADE. QUANTIDADE E NOCIVIDADE DA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE APREENDIDA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DECISÃO MANTIDA. PRECEDENTES.

I - Segundo entendimento consolidado no âmbito deste Superior Tribunal, "a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não tem o condão de caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, ainda quando se trate de dissídio notório" (REsp n. 1.691.118/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 11/10/2017).

[...]

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.850.384/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 28/02/2020)

Ante o exposto, com amparo no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas
Relator